

RELATÓRIO AVALIATIVO SOBRE O PROJETO

“Fortalecimento da Estratégia TS/DOTS em Grandes Centros Urbanos com Alta Carga de Tuberculose, no Brasil”

Visão Geral da Execução Financeira

Esse relatório pretende apresentar um panorama sucinto e, ao mesmo tempo, abrangente, acerca da execução financeira do Projeto, dos valores submetidos à 5a. Ronda, ao total efetivamente desembolsado pelo Fundo Global, ao término do Convênio.

Os tópicos a seguir buscam apresentar, de maneira clara e corroborada por dados concretos, a evolução financeira do Projeto, desde a redução dos recursos originalmente contratados, até o impacto causado pelas constantes mudanças gerenciais (das inúmeras Gerências de Portfolio aos 3 ALF), que, em um período de 5 anos, impactaram, negativamente, nos procedimentos operacionais, dificultando, em muitos casos, a consecução de algumas das ações planejadas.

A rigidez das diretrizes imputadas aos PRs, aliada à falta de preparo técnico específico do Agente Local do Fundo para proceder as avaliações de performance e, em última análise, pela utilização de modelos distintos e por vezes conflitantes, se utilizados concomitantemente sobre o mesmo objeto de análise – para fins de auditoria contábil, são questões cuja reavaliação é premente.

O valor total da subvenção, originalmente acordado, era de US\$ 27,240,000 (vinte e sete milhões e duzentos e quarenta mil dólares), distribuídos entre os contratos **BRA-506-G01-T**, firmado com a **FAP**, e **BRA-506-G02-T**, com **FIOTEC**.

No tocante à execução dos Objetivos 3 e 4, pela FAP, foram aprovados recursos da ordem de **US\$ 2,818,000**, na Fase I do Projeto, e **US\$ 2.345.636,00**, para a Fase II, totalizando **US\$ 5.163.636,00**.

Finda a Fase I, que a qualificou para dar continuidade ao Programa, a FAP dispunha de crédito no valor de **US\$ 211,391¹**, relativo ao montante não desembolsado, sobre o total contratado, i.e., **US\$ 2,818,000**. Por conseguinte, caberia à FAP, para a fase II, um orçamento total da ordem de **US\$ 2,557,027**, o que foi, inclusive, referendado pelo próprio Secretariado Executivo do FG, através do relatório **BRA-506-G01-T_GSC_0_en**, datado 18/06/2009.

Aporte de recursos no decorrer dos Anos 1 e 2, entre 01/05/2007 e 31/07/2009:

Data	Montante Desembolsado US\$	Tx Administração US\$
17/Apr/2007	881.923,00	44.096,15
8/Apr/2008	808.171,00	40.408,55
16/June/2008	11.857,00	592,85
2/Oct/2008	569.002,00	28.450,10
9/July/2009	168.164,25	8.408,21
10/July/2009	167.492,00	8.374,60
	2.606.609,25	130.330,46

No entanto, tendo como justificativa a crise econômica internacional e a consequente perda de receita, o FG reduziu em 10% (dez por cento) o total de recursos destinados à continuidade do Projeto. Paralelamente, efetuou cortes adicionais, segundo determinados critérios de avaliação da performance inicial. Os resultados de tal revisão afetaram o orçamento do Projeto como um todo e, em relação à FAP, esta teve que arcar com uma perda total da ordem de **US\$ 590,000** (quinhentos e noventa mil dólares), tomando por base o valor originalmente contratado para a Fase II, somado ao saldo credor da Fase I.

O orçamento formalmente aprovado foi de **US\$ 1,965,419** (um milhão, novecentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e dezenove dólares), devendo cobrir a implementação dos Objetivos 3 e 4, durante os Anos 3, 4 e 5, resultando em **US\$ 4,572,029** (quatro milhões, quinhentos e setenta e dois mil e vinte e nove dólares) para a totalidade do Projeto, conforme **Contrato de Financiamento BRA-506-G01-T**.

	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Total
Budget original	USD 1,047,402	USD 721,178	USD 577,056	USD 2,345,636
Montante não desembolsado na Fase I/Credito				USD 211,391
Pedido RP considerando aprovação crédito da Fase I				USD 2,557,027
Pedido CCM	USD 1,152,168	USD 678,038	USD 353,213	USD 2,183,419
Aprovado FG	USD 1,015,272	USD 621,118	USD 329,029	USD 1,965,419
Desembolsado pelo FG	USD 1,390,719	USD 82,160	NIHIL	USD 1,472,879

Outrossim, desde o início das atividades do Projeto, a FAP assumiu uma série de custos, majoritariamente de natureza administrativa, especificamente, despesas com pessoal (RH) e de infraestrutura/manutenção, contrapartida indispensável à execução das ações planejadas e, ao fim de mais de 5 anos, em prejuízo de qualquer efetiva remuneração pela realização do Projeto.

Considerando que a remuneração do Receptor Principal consiste em, tão somente, 5% sobre o montante desembolsado pelo Fundo Global, a FAP recebeu, entre 1º de Maio de 2007 e a presente data, a título de remuneração (comissão de agente), os valores a seguir descritos e que representam cerca de US\$ 40 mil por ano de trabalho.

Ao fim de 5 anos, o RP pode afirmar, com toda honestidade, que a execução do Projeto Fundo Global TB Brasil não lhe trouxe nenhum ganho monetário, ao contrário, pois os valores recebidos a título de taxa de administração (= comissão de agente) sequer cobriram a totalidade dos gastos. Na realidade, os serviços prestados pela FAP, enquanto Receptor Principal do Projeto FG TB Brasil, se insere no rol de contribuições desta – FAP/Liga Brasileira Contra a Tuberculose – à luta contra a Tuberculose no país, tarefa à qual tem se dedicado nos últimos 112 anos.

Tabela 1: Relação Desembolsos/Tx Adm

<i>Execução Financeira – Visão Geral</i>		
<i>Recursos desembolsados pelo Fundo Global / Receita FAP</i>		
Valor Total do Financiamento:		US\$ 4,572,028
Valor Efetivamente Desembolsado até esta data:		US\$ 4,079,488
Revenue generated by using Grant funds:		US\$ 162,962
Date	Amount Disbursed US\$	Administration Fee
17/Apr/2007	881.923,00	44.096,15
8/Apr/2008	808.171,00	40.408,55
16/June/2008	11.857,00	592,85
2/Oct/2008	569.002,00	28.450,10
9/July/2009	168.164,25	8.408,21
10/July/2009	167.492,00	8.374,60
18/Dec/2009	1.390.719,00	69.535,95
08/Sept/2011	82.160,00	4.108,00
	4.079.488,25	203.974,41

Durante os procedimentos para aprovação da continuidade do Projeto, não só os aspectos técnico-operacionais foram considerados, mas, igual ênfase foi aplicada à execução financeira, aos processos internos para aquisição/contratação de bens e serviços e à transparência dos processos de pagamento.

Há que se ressaltar que, em todas as auditorias realizadas pelo ALF, durante os 5 anos de Projeto, a FAP não teve sequer um pagamento contestado, uma única despesa que não tenha sido atestada pelos auditores, dada a seriedade e cuidado empregados na questão do suporte documental aos processos de pagamento.

O volume total de gastos, durante os Anos 1 e 2, corresponde ao custo operacional das ações planejadas nos POAs – Plano Operacional Anual – 1 e 2. A tabela abaixo apresenta os totais dispendidos na Fase I, segundo o Objetivo/Área de Serviço a que se referem:

Tabela 2: Panorama Financeiro Fase I

Objetivo	Categoria	Área de serviços	Orçamento	Despesas	Orçamento	Despesas	Orçamento Total Fase I	Total Realizado	Variação	
			US\$	US\$	US\$	US\$				
			ANO 1		ANO 2					
1	Fortalecer o programa de garantia da qualidade laboratorial	Deteccção da TB	Melhora do diagnóstico	150.142	183.184	672.375	677.722	822.517	860.906	38.389
3	Fortalecer o programa de garantia da qualidade laboratorial	Deteccção da TB	Investigação operativa baseada em programas	313.124	186.779	156.865	183.625	469.989	370.404	-99.585
4	Deteccção oportuna e tratamento de qualidade para pessoas vivendo com tuberculose e HIV/Aids	Atividades conjuntas TB/VIH	Melhora do diagnóstico	42.682	104.525	243.628	304.161	286.310	408.686	122.376
4	Prevenção	Atividades conjuntas TB/VIH	Advocacy, comunicação e mobilização social	48.380	168.426	43.800	22.990	92.180	191.416	99.236
4	Fortalecer as ações de redução da coinfeccção TB/HIV baseadas em lições aprendidas	ADM & Gestão de Programas	ADM & Gestão de Programas	715.632	266.833	431.372	628.795	1.147.004	895.628	-251.376
			1.269.960	909.748	1.548.040	1.817.292	2.818.000	2.727.040	-90.960	
Cash received by the PR from the GF				1.690.094		916.515		2.606.609	(1)	
Interest received on bank account				44.993		39.541		84.534	(2)	
Total Revenue				1.735.087		956.056		2.691.143	(3)	
Variance : Budget x Disbursement				420.134		-631.525		-211.391	(4)	
Total Cash Outflow				909.748		1.817.292		2.727.040	(5)	
Variance : Disbursement x Actual				780.346		-900.777		-120.431	(6)	
Variance : Budget x Actual				360.212		-269.252		90.960	(7)	
Cash Balance				825.339		-861.236		-35.897	(8)	

- Embora o total contratado para a Fase I fosse **US\$ 2.818.000** (dois milhões, oitocentos e dezoito mil dólares), o montante efetivamente desembolsado pelo Fundo Global, no período, foi **US\$ 2.606.609⁽¹⁾** (dois milhões, seiscentos e seis mil, seiscentos e nove dólares), resultando em uma **diferença de US\$ 211,391⁽⁴⁾** (duzentos onze mil, trezentos e noventa e um dólares) entre os totais desembolsado e orçado.

- Já se considerarmos o total de gastos, **US\$ 2.727.040⁽⁵⁾** (dois milhões, setecentos e vinte e sete mil e quarenta dólares), contra os mesmos **US\$ 2.606.609** (dois milhões, seiscentos e seis mil, seiscentos e nove dólares) desembolsados, obtemos uma diferença de **US\$ 120.431** (cento e vinte mil, quatrocentos e trinta e um dólares) ⁽⁶⁾ a menor.

- No entanto, aos recursos efetivamente desembolsados pelo Fundo Global, devemos somar **US\$ 84,534⁽²⁾** (oitenta e quatro mil, quinhentos e trinta e quatro dólares), receita adicional, relativa aos rendimentos da aplicação financeira (juros da poupança), auferidos entre Maio de 2007 e Julho de 2009 (**vide tabela abaixo**). Logo, tivemos, para fins da execução contratada, uma receita bruta de **US\$ 2,691,143 ⁽³⁾** (dois milhões, seiscentos e noventa e um mil, cento e quarenta e três dólares).

- Por outro lado, o total de despesas alcançou **US\$ 2,727,040⁽⁵⁾** (dois milhões, setecentos e vinte e sete mil e quarenta dólares), que, se comparado ao orçamento total contratado para os Anos I e II, resulta em uma diferença de **US\$ 90,960 ⁽⁷⁾** (noventa mil, novecentos e sessenta dólares).

- Ao encerrar-se o Ano II, o fluxo de caixa apresentava saldo devedor de **US\$ 35,897 ⁽⁸⁾** (trinta e cinco mil, oitocentos e noventa e sete dólares), resultado de errônea avaliação do fluxo de caixa, por parte do ALF, ao não considerar as despesas comprometidas. O FG, por sua vez, que se atém única e exclusivamente às conclusões apresentadas pelo ALF, corroborou um saldo inexistente, uma vez que atividades já executadas, cujos pagamentos venciam em data posterior ao término do período (Julho 2010), comprometiam os parques recursos financeiros ainda disponíveis.

Tabela 3: Remuneração C/Poup – Maio/07 à Abril/12

REMUNERAÇÃO CADERNETA DE POUPANÇA		
PERÍODO	VALOR	
	R\$	US\$
MAIO/07 A JUL/07	32.940,28	16.645,75
AGO/07 A OUT/07	26.115,76	13.197,11
NOV/07 A JAN/08	18.837,72	9.519,29
FEV/08 A ABR/08	11.143,48	5.631,15
MAIO/08 A JUL/08	16.653,73	8.415,65
AGO/08 A OUT/08	16.890,79	8.535,44
NOV/08 A JAN/09	27.127,25	13.708,25
FEV/09 A ABR/09	13.704,66	6.925,39
MAI/09 A JUL/09	3.871,59	1.956,44
AGO/09 A OUT/09	1.208,57	610,73
NOV/09 A JAN/10	10.761,09	5.437,92
FEV/10 A ABR/10	9.098,11	5.088,43
MAI/10 A JUL/10	12.303,64	6.881,23
AGO/10 A JAN/11	50.435,49	28.207,77
FEV/11 A JUL/11	23.842,63	14.968,19
AGO/11 A JAN/12	13.430,69	7.697,00
FEV/12 A ABR/12	4.128,68	2.297,45
TOTAL GERAL	292.494,16	155.723,18

Na ocasião, um fato já antecipava os problemas advindos da carência de *expertise*, na equipe técnica do ALF, para conduzir a análise financeira: a despeito de já terem dado como encerrada a avaliação de *performance* periódica – baseada nas informações reportadas pelo RP através do PUDR – e enviadas suas conclusões ao Fundo Global, o ALF viria a reformular tais resultados, já reportados.

Em face à discordância do RP em relação aos resultados atestados e sua resoluta insistência para que ambos – ALF e RP – procedessem um nova análise do fluxo de caixa, quando o RP teria a chance de apresentar, minuciosa e detalhadamente, o histórico de cada despesa, a natureza de cada débito e, sobretudo, porque o valor relativo a certas despesas, cujos pagamentos ainda não haviam sido efetuados, deveria ser excluído do saldo em caixa (disponível) e alocado como “comprometido”, pois, em curtíssimo prazo, estaria sendo debitado para quitação das respectivas despesas.

E, como se esperava, o ALF atestou, quase integralmente, a prestação de contas apresentada pelo RP; em torno de 11% do total comprometido (US\$ 35,897) ainda não dispunha, por ocasião da auditoria, dos documentos fiscais (faturas, boletos bancários e afins) correspondentes e, por conseguinte, não puderam ser validados.

Como o FG já havia autorizado uma transferência de recursos, com base no valor inicialmente atestado pelo ALF, foi necessário proceder um segundo desembolso, razão pela qual verificamos dois créditos consecutivos, em 9 e 10 de Julho de 2009, correspondentes à duas ordens de pagamento internacionais.

Encontra-se aqui uma grave contradição, qual seja, o emprego pelo FG do regime de caixa para fins de auditoria contábil, o que, em última instância, se contrapõe à própria natureza do Projeto. Este, calcado na subordinação período x budget x execução, pressupõe idêntico formato para fins de análise da prestação de contas, ou seja, o regime de competência.

Conseqüência imediata desta incompatibilidade entre *modus operandi x modus probandi* (o modelo de execução e o método de avaliação), o engessamento operacional, já que execução, faturamento e pagamento das atividades devem, imperativamente, realizar-se dentro do período, ou:

- a) na auditoria do período para a qual foram planejadas, serão consideradas **não realizadas**
- b) no período seguinte, quando as despesas decorrentes das ações anteriormente executadas, forem quitadas, a auditoria concluirá por **gastos acima do orçamento aprovado**

Na prática, a “*no win situation*”, recorrente a partir do Ano 3, em que a avaliação de ‘baixa performance’ foi aplicada com frequência inaceitável; certamente, o equívoco mais claro da metodologia de análise contábil empregada.

A mera comparação *budget x actual*, sem a devida referência aos aspectos conjunturais envolvidos na implementação, dá a entender que as diferenças resultantes, pois o total orçado é frequentemente superior ao realizado, sejam produto de atividades não realizadas. Na verdade, além do fato de orçamentos serem indicativos, ou seja, não precisam, necessariamente, serem idênticos ao realizado, outros aspectos da composição de custo devem ser considerados – economia de recursos, programação eficiente, obtenção de produtos e/ou serviços a custo zero, etc – os quais impactam sobre o custo final.

Na prática, se a avaliação for feita de maneira mecânica e superficial, sem a devida atenção a todos os componentes do processo, certamente, sua conclusão não expressará a verdade.

Embora claramente expresso no Grant, que os recursos não utilizados nos Anos 1 e 2 não seriam repassados para a fase subsequente, ainda assim, o RP julgava fosse possível reavaliar tal posicionamento. Afinal, o montante aprovado para a Fase II já apresentava um corte de 10%, em relação ao financiamento original, justificado segundo o FG pela crise financeira internacional e seus efeitos sobre o aporte de recursos pela instituição. Logo, era plausível que o montante não desembolsado – US\$ 211,391 – pudesse ser incluído no orçamento seguinte.

No entanto, contrariamente à expectativa do PR, o montante não desembolsado durante os Anos 1 e 2, I não foi realocado no Budget da Fase II.

Durante os 6 meses seguintes, até o final do 1º. Semestre do Ano 3, a indisponibilidade de caixa, aliada à inusitada demora na aprovação de desembolso, levou ao adiamento e/ou cancelamento das atividades programadas, pois, embora o RP estivesse ‘adiantando’ os recursos necessários à implementação do Plano de Trabalho 3, chegou-se ao ponto em que este não mais dispunha de caixa para continuar arcando com as despesas e, por conseguinte, várias atividades planejadas tiveram que ser canceladas ou postergadas.

O desembolso só veio a ocorrer em fins de Dezembro 2009 e os recursos, efetivamente creditados, na segunda semana de Janeiro 2010; em síntese, o caixa necessário à implementação de P9 foi recebido somente duas semanas antes do final do período.

No decorrer da Fase II, sobretudo nos dois últimos anos, cortes adicionais foram realizados pelo FG, com base em saldo de caixa, decorrentes, em sua maioria, da economia de recursos na aquisição de bens/contratação de serviços. Continuamente, o RP lograva executar as ações planejadas com custos inferiores aos orçados, resultando em saldo credor ao final de cada período.

Abaixo, demonstrativo de custo das oficinas realizadas durante os Anos 3 e 4, comparativamente ao orçamento de cada uma delas. As tabelas apresentam, não só a variação de custo, como também as metas e resultados das respectivas capacitações.

Tabela 4-A: Consolidação Oficinas Obj 3, Anos 3 e 4

OBJ. 3 _ ANO 3: OFICINAS DE CAPACITAÇÃO							
Ativ.	Local	Data	Orçado	Realizado	Variação	Previsto	Capacitado
3.1.2.1	Rio de Janeiro	Jan 10	72.553	69.671	2.882	50	65
3.1.2.2	Porto Alegre	Oct 09	9.300	8.161	1.139	20	19
3.1.2.2	Belém	Nov 09	11.500	10.713	788	30	30
3.1.2.2	Manaus	Dec 09	8.700	2.800	5.900	30	28
3.1.2.2	Belo Horizonte	Dec 09	10.400	7.850	2.550	25	23
3.1.2.2	São Luís	Dec 09	9.300	6.575	2.725	20	19
3.1.2.2	Fortaleza	Dec 09	9.300	4.500	4.800	20	22
3.1.2.2	Recife	Jan 10	9.300	5.675	3.625	20	25
3.1.2.2	Rio de Janeiro	Apr 10	13.700	9.951	3.749	40	37
3.1.2.2	Salvador	Dec 09	11.500	10.358	1.143	30	30
3.1.2.3	Belém	Dec 09	13.100	7.070	6.030	30	24
3.1.2.3	Belo Horizonte	Dec 09	12.500	4.100	8.400	25	12
3.1.2.3	Recife	Jan 10	13.100	2.780	10.320	30	27
3.1.2.3	São Luís	Feb 10	12.100	3.460	8.640	20	13
3.1.2.3	Fortaleza	Mar 10	11.500	2.920	8.580	15	22
3.1.2.3	Manaus	Apr 10	13.100	4.300	8.800	30	30
3.1.2.3	Porto Alegre	Apr 10	11.600	4.357	7.243	30	38
3.1.2.3	Rio de Janeiro	Apr 10	10.450	4.940	5.510	25	30
Total Ano 3			263.003	170.181	92.824	490	494
OBJ. 3 _ ANO 4: OFICINAS DE CAPACITAÇÃO							
Ativ.	Local	Data	Orçado	Realizado	Variação	Previsto	Capacitado
3.1.2.1	Belém	Jan 11	13.100	11.506	1.594	30	34
3.1.2.1	Fortaleza	Jan 11	11.500	9.311	2.189	15	28
3.1.2.1	Manaus	Dec 10	13.100	9.139	3.961	30	33
3.1.2.1	Rio de Janeiro	Dec 10	31.350	9.006	22.344	75	39
3.1.2.1	Baixada Santista	Dec 10	11.500	8.654	2.846	20	46
3.1.2.1	São Paulo	Nov 10	16.700	2.000	14.700	72	52
3.1.2.1	São Paulo	Dec 10	33.400	8.686	24.714	144	135
3.1.2.2	Belém	Jan 11	12.500	8.579	3.921	30	33
3.1.2.2	Fortaleza	Jan 11	11.500	5.859	5.641	15	27
3.1.2.2	Manaus	Dec 10	12.500	5.518	6.982	30	33
3.1.2.2	Rio de Janeiro	Dec 10	22.440	6.894	15.546	75	57
Total Ano 4			189.590	85.152	104.438	536	517
Total do Biênio			452.593	255.333	197.262	1.026	1.011

Tabela 4-B: Consolidação Oficinas Obj 4, Anos 3 e 4

OBJ. 4 _ ANO 3: OFICINAS DE CAPACITAÇÃO							
Atividade	Local	Data	Valor Previsto	Valor Realizado	Diferença	Meta	
						Previstos	Capacitados
4.1.1.1	São Paulo	Sep 09	31.548	3.360	28.188	20	20
4.1.1.1	São Luís	Oct 09	31.548	12.060	19.488	20	20
4.1.1.1	Salvador	nov/09	31.548	6.052	25.496	20	16
4.1.1.1	Recife	nov/09	31.548	12.084	19.464	20	21
4.1.1.1	Belém	Dec 09	31.548	17.430	14.118	20	29
4.1.1.1	Porto Alegre	jan/10	31.548	12.152	19.396	20	21
4.1.1.1	Fortaleza	jan/10	31.548	1.382	30.166	20	27
4.1.1.1	São Paulo	Apr 10	31.548	14.035	17.513	20	27
4.1.1.2	São Luís	Oct 09	12.016	6.325	5.691	10	7
4.1.1.2	Belém	Dec 09	21.309	12.464	8.845	30	29
4.1.1.2	Fortaleza	jan/10	21.309	12.044	9.265	25	27
4.1.2.1	São Paulo	Oct 09	21.750	16.600	5.150	25	17
4.1.2.1	Santos	nov/09	23.309	14.544	8.765	30	14
4.3.1.1	Rio de Janeiro	mar/10	10.371	3.030	7.341	50	50
4.3.1.1	Rio de Janeiro	Apr 10	10.371	2.380	7.991	50	28
4.3.1.2	Porto Alegre	jan/10	11.781	5.605	6.176	30	18
Total Ano 3			384.600	151.547	233.053	410	371
OBJ. 4 _ ANO 4: OFICINAS DE CAPACITAÇÃO							
Atividade	Local	Data	Valor Previsto	Valor Realizado	Diferença	Meta	
						Previstos	Capacitados
4.1.1.1	São Luís	Feb 11	31.548	12.296	19.252	20	27
4.1.1.1	Recife	Dec 10	31.548	15.344	16.204	20	26
4.1.1.1	Belém	Oct 10	31.548	15.027	16.521	20	34
4.1.2.3	Recife	Dec 10	23.309	15.900	7.409	25	27
4.1.2.3	Belém	Nov 10	20.192	20.367	-175	30	30
Total Ano 4			138.145	78.933	59.212	115	144
Total do Biênio			522.745	230.480	292.265	525	515

Tabela 4-C: Códigos Atividades

Ano 3	3.1.2.1	Curso em descentralização da cultura e controle de qualidade da cultura para profissionais de nível superior
Ano 3	3.1.2.2	Curso de Baciloscopia para capacitação de técnicos de nível superior dos laboratórios
Ano 3	3.1.2.3	Oficina de Monitoramento da Rede Laboratorial de Tb
Ano 4	3.1.2.1	Oficina de Monitoramento da Rede Laboratorial de Tb
Ano 4	3.1.2.2	Curso POP – Procedimentos Operacionais Padrão
Ano 3	4.1.1.1	Treinamento em Teste Rápido Anti-HIV, para Profissionais de nível superior dos Serviços de TB
Ano 3	4.1.1.2	Sensibilização para Aumentar a Solicitação de TR, através da Capacitação em Aconselhamento dos Profissionais de Nível Superior, dos Serviços de TB
Ano 3	4.1.2.1	Treinamento em diagnóstico e Quimioprofilaxia para TB voltados aos profissionais de nível superior dos serviços especializados em HIV/Aids
Ano 4	4.3.1.1	Oficina de Sensibilização e Mobilização da Sociedade Civil com a finalidade de integrar as comunidades aos serviços de Saúde
Ano 4	4.3.1.2.	Oficina para Sensibilização e Mobilização de Lideranças da Sociedade Civil, buscando implementar ações de controle da coinfeção TB/HIV, voltadas para populações vulneráveis - usuários de drogas e álcool.

Os dados informados evidenciam eficiente gerenciamento financeiro, em especial a capacidade do PR em executar as ações planejadas a custos inferiores aos orçados, alcançando:

- economia de **44%** sobre os recursos alocados em Capacitações/**Objetivo 3**
- e taxa de **56%** em relação aos mesmos eventos, **Objetivo 4**
- em última instância, um **ganho monetário para o Fundo Global** da ordem de **US\$ 487,669** (quatrocentos e oitenta e sete mil, seiscentos e sessenta e nove dólares)
- por outro lado, para o PR representa a perda de **US\$ 24,383** (vinte e quatro mil, trezentos e oitenta e três dólares), pelo não comissionamento da respectiva quantia.
- a **taxa de eficiência média**, alcançada pelo RP em atividades de capacitação, ficou em **exatos 50% sobre o orçamento**.

O mérito de tais ‘savings’ residiu em um planejamento rigoroso da execução do plano de trabalho, a partir de uma visão ‘macro’, i.e., o agendamento das ações, ainda que de natureza distinta, tinha como princípio o binômio tempo-espço: áreas geográficas próximas em datas sucessivas. Esta medida permitiu maximar recursos através da redução dos custos de transporte, diárias de viagem, horas-aula, entre outras despesas operacionais, e, ainda, no caso de atividades alocadas em áreas de serviço distintas, tais custos poderiam ser rateados.

Por outro lado, esse planejamento rigoroso contou com o suporte de uma eficiente política de aquisições e suprimentos, buscando sempre os melhores preços e tarifas para os bens e serviços a serem adquiridos/contratados pelo RP.

E, por fim, mas não menos importante, a experiência de longa data, por parte de membros da equipe FAP, em especial de seu Presidente, Dr. Germano Gerhardt Filho, o conhecimento inter-pessoal com uma infinidade de profissionais de saúde, em um sem número de Instituições, Programas, Secretarias, Agências ..., dos setores públicos e privados, que se traduziu em suporte operacional, cessão de instalações, equipamentos, profissionais, toda sorte de elementos de custo foram eliminados através do apoio obtido.

Claro exemplo de tal apoio foi a disponibilização, pelo Centro de Referência Helio Fraga, de alojamento para os participantes de duas oficinas do Objetivo 3 – Curso POP e Monitoramento da Rede Laboratorial de TB –, durante duas semanas. O cordial apoio do Centro de Referência significou, em termos reais, uma economia de, aproximadamente, **US\$ 35,000** (trinta e cinco mil dólares) ou **65%** sobre o total orçado para aquelas atividades.

Outrossim, é digno de nota o esforço do RP em otimizar os recursos que, em sua concepção, poderiam ser aplicados na realização de ações complementares, mesmo ao custo de deixar de se remunerar, em não menos que **US\$ 24.476** (vinte e quatro mil, quatrocentos e setenta e seis dólares), relativos aos **5% de taxa de administração** sobre o montante economizado.

Esta economia, aliada à contrapartida do RP – despesas de manutenção, de pessoal, entre outras – resultou no ‘buffer’ necessário, por exemplo, à manutenção da contratação do coordenador técnico do Objetivo 3 e de dois monitores (RJ e SP), sem o que a continuidade das ações de fortalecimento da rede laboratorial de TB estariam seriamente comprometidas.

Não obstante a eficiente execução financeira demonstrada pela FAP, esta jamais conseguiu fossem aprovados seus pleitos para utilização de tais saldos em outras atividades, cuja consecução viria a ampliar/dar suporte às ações contratadas/planejadas através dos Planos Operativos Anuais (POAs). E, some-se à tais perdas, aquelas decorrente de errônea avaliação de performance, por parte do(s) ALF(s), definindo cortes no orçamento por conta da não execução de atividades contratadas.

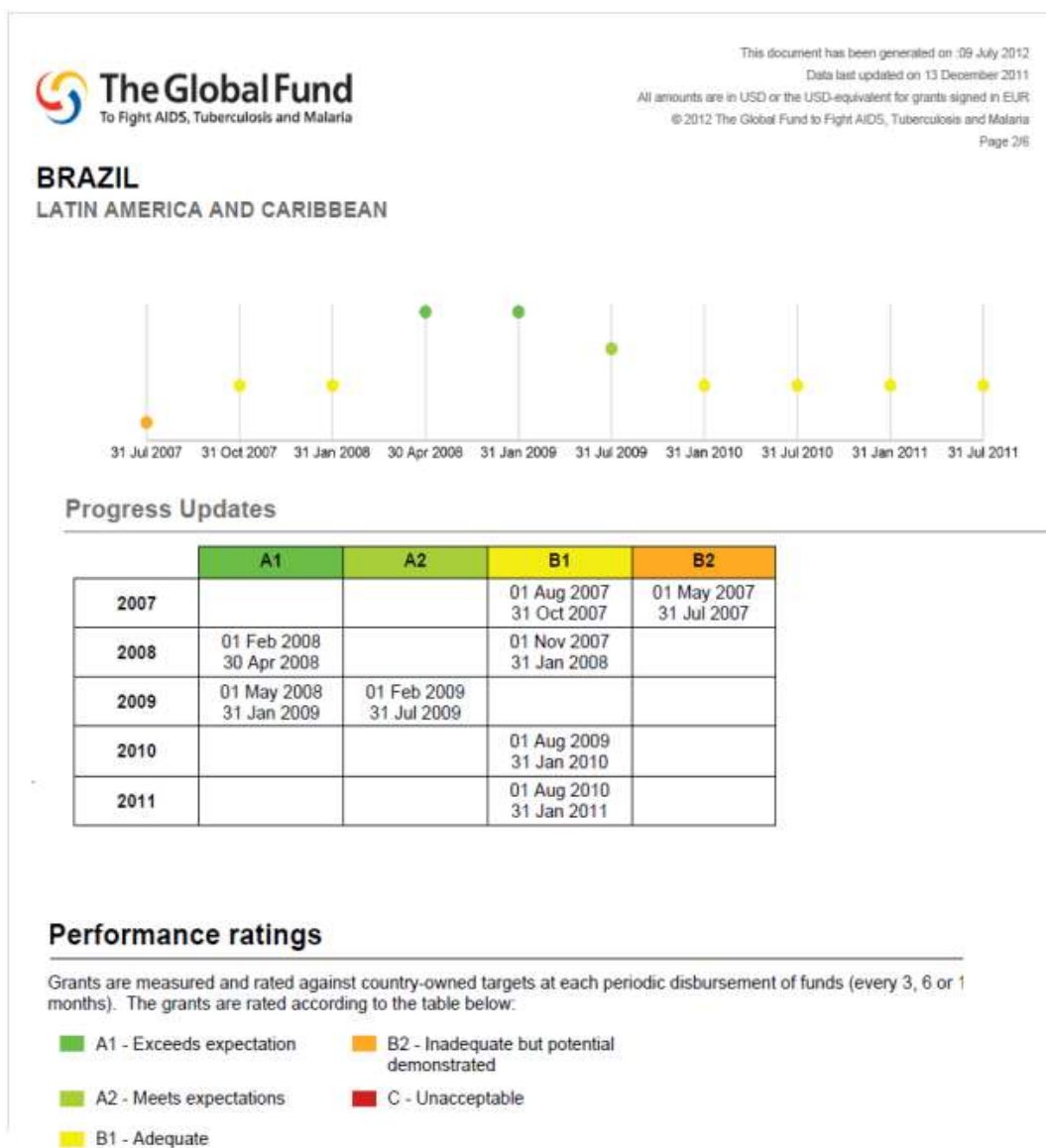
Tomemos o que, provavelmente, foi o exemplo mais flagrante de uma avaliação equivocada, quando uma atividade, cujo resultado alcançou 186% sobre a meta estipulada, obteve, contumaz e repetidamente, a classificação “pendente de resultado”, ou, ainda, quando, em verificação posterior, apenas 27% do resultado apresentado pelo PR foi atestado. Posteriormente, o FG finalmente atentou para o erro que se vinha cometendo, continuamente, e, por fim, referendou o resultado originalmente reportado pelo PR. Não obstante tal tardia correção, pelo menos em 4 períodos, o RP teve prejudicada sua conceituação, resultante da inadequada análise técnica do ALF na condução das OSDVs (on-site direct verifications).

E, por estarmos tratando da questão financeira, a incorreta análise das metas alcançadas pelo PR em relação aos Indicadores contratados, pelo que se concluiu como atividade não realizada, resultou em corte de US\$ 86,000 no orçamento, valor este que jamais chegou a ser recuperado pelo PR, independentemente do fato de, tardiamente, terem concluído pela justeza das reclamações do PR.

Tabela 5: Panaroma Financeiro Fase II

Financial Overview – Phase II Budget x Expenditures						
Nr.	Objective	Macro-Category	Service Delivery Area	Cummulative Budget	Actual Expenditures	Variance
3.1.	Strengthening laboratory network by improving quality assurance	TB Detection	Improving diagnosis	1.020.399	867.500	152.899
3.2.	Strengthening laboratory network by improving quality assurance	TB Detection	Information System & Operational Research	0	0	0
4.1.	4 - Strengthening the actions aimed to reduce TB/HIV co-infection based on lessons learned	TB/HIV Colaborative Activities	Timely detection and quality treatment for people living with tuberculosis and HIV/Aids	764.242	580.222	184.020
4.2.	4 - Strengthening the actions aimed to reduce TB/HIV co-infection based on lessons learned	TB/HIV Colaborative Activities	ACSM (Advocacy, communication and social mobilization)	2.100	15.470	-13.370
	Program management, administration and overhead	TB: Supportive Environment	Program management and administration	178.678	109.046	69.632
			Total Phase II	1.965.419	1.572.238	393.181
			Total Phase I	2.818.000	2.727.041	90.959
			Grant's Total	4.783.419	4.299.279	484.140

Optamos por concluir o presente relatório com um gráfico produzido pelo próprio Fundo Global. O diagrama apresenta a conceituação alcançada pelo RP, através das avaliações de performance, realizadas durante os Anos 1 a 4.



Donde se conclui que a performance da FAP, no decorrer de todo o Projeto, à exceção da primeira avaliação, logrou alcançar a conceituação mais elevada, de B1 à A1. Apenas no primeiro Período de Progresso, quando o Receptor Principal começa a se inteirar das dificuldades de implementação, a adaptar-se às formalidades e minúcias documentais exigidas e, sobretudo, a tentar entender e, por conseguinte, atender às especificidades dos padrões de reporte do Fundo Global, enfim, somente então, o RP obteve conceito B2.

O resultado da avaliação do Ano 5, ainda não disponível no gráfico acima, foi divulgado recentemente pelo Fundo Global e trata-se de B1.

Trata-se de motivo de orgulho para a FAP e recompensa todos os esforços empreendidos na implementação do Projeto, contra um sem número de obstáculos frente à consecução das ações planejadas, enfrentando toda sorte de dificuldades, vivenciando problemas financeiros e tendo que administrar questões de natureza política, as quais afetavam diretamente planejamento e cronogramas, como mudanças de governo, e ainda, tendo que lidar com constantes troca de Gerência de Portfolio e Agente Local do Fundo Global.

Outrossim, a FAP assumiu a execução do Projeto como um desafio pessoal, retomando uma responsabilidade histórica, honrando sua própria tradição, enquanto Liga Brasileira Contra a Tuberculose.

E, por último, faz-se necessário enfatizar que determinadas metas não têm a governança do RP, especificamente

- a aplicação do Teste Rápido anti-HIV
- o emprego de DOTS no tratamento dos pacientes HIV+ que desenvolvem TB
- e a quimioprofilaxia para os pacientes HIV+

cuja jurisdição é de competência estritamente governamental.

Esperamos tenhamos abordado os principais aspectos de questão tão complexa e abrangente, qual seja, a execução financeira, bem como se tenha evidenciado como os fatores de natureza financeira se refletem na performance operacional, a interdependência e complementaridade entre ambas, execução financeira e operacional.